

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

29.09.2025



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

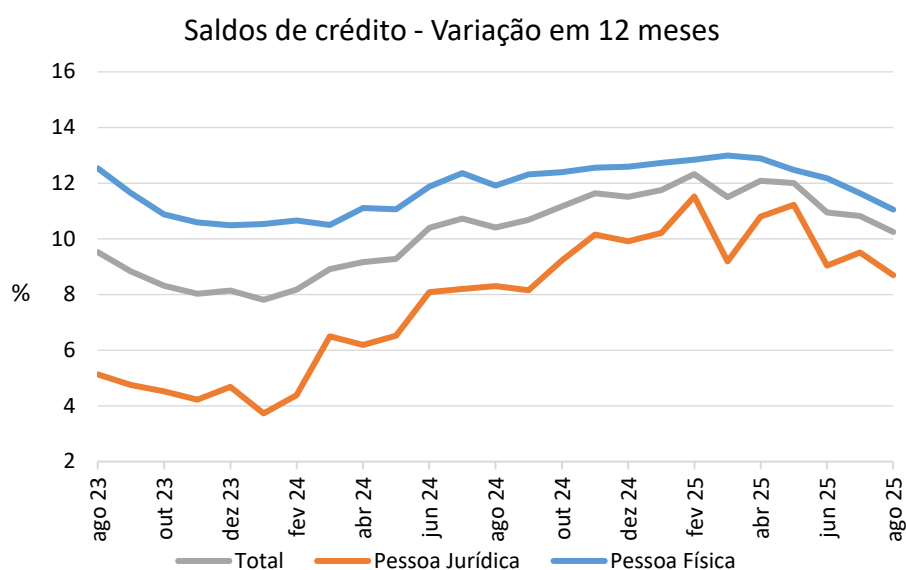
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em agosto, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$19,7 trilhões (159,0% do PIB), com alta de 1,1% no mês, refletindo principalmente o acréscimo de 2,8% nos títulos públicos de dívida. Em doze meses, o crédito ampliado cresceu 11,7%, com avanços nos títulos públicos de dívida (17,0%), nos empréstimos do SFN (9,7%) e nos títulos privados de dívida (17,2%).

O crédito ampliado às empresas situou-se em R\$6,7 trilhões em agosto (54,0% do PIB), recuo de 0,5% no mês, ressaltando-se o decréscimo de 1,9% nos empréstimos externos, influenciado em parte pela apreciação cambial de 3,14% no período. Em doze meses, verificou-se crescimento de 8,0%, resultado principalmente de elevações de 16,7% em títulos de dívida e de 7,2% nos empréstimos do SFN.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$4,5 trilhões (36,6% do PIB), com expansão no mês de 0,8%, refletindo o desempenho dos empréstimos do SFN. Em doze meses, crescimento de 11,4%, com avanços nos empréstimos do SFN (11,1%) e nos empréstimos com outras sociedades financeiras (18,4%).

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



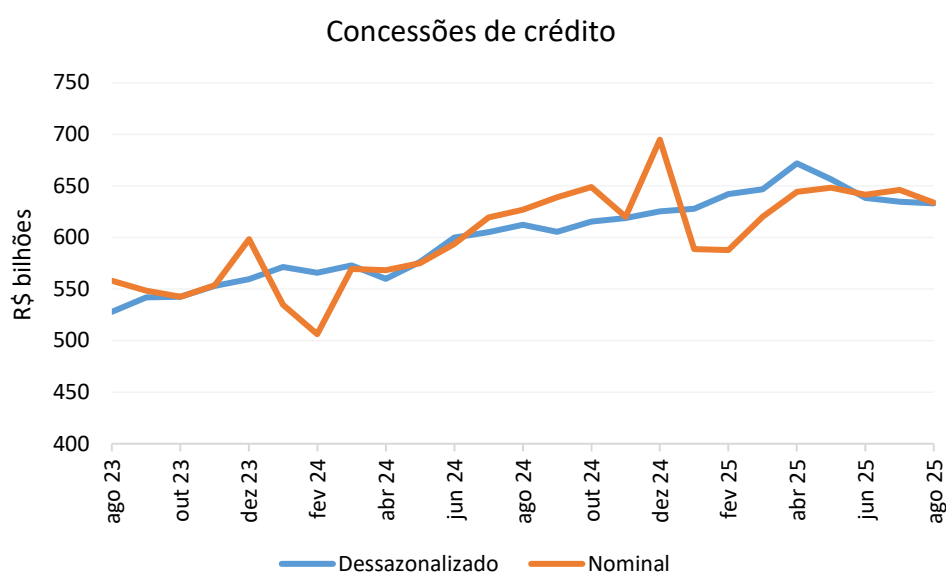
O estoque das operações de crédito do SFN aumentou 0,5% em agosto, somando R\$6,8 trilhões. Esse desempenho resultou das expansões de 0,2% e de 0,7% das carteiras de crédito às pessoas jurídicas e às pessoas físicas, respectivamente, cujos saldos situaram-se em R\$2,5 trilhões e R\$4,2 trilhões, na mesma ordem. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o estoque das operações de crédito do SFN em agosto assinalou arrefecimento no ritmo de crescimento, com variação

anual de 10,1% ante 10,8% observado em julho deste ano. Observadas as mesmas bases de comparação, as carteiras de crédito destinadas às empresas e às famílias desaceleraram, com altas de 8,7% ante 9,5% e de 11,0% ante 11,6%, na mesma ordem.

O estoque de crédito com recursos livres totalizou R\$3,9 trilhões em agosto, com incremento mensal de 0,3% e de 8,8% em doze meses. O crédito livre às pessoas jurídicas diminuiu 0,1% no mês e aumentou 4,5% em doze meses, somando R\$1,6 trilhão. Foram determinantes para a retração mensal do crédito livre às empresas as reduções das carteiras de capital de giro (-1,2%) e de outros crédito livres (-0,8%), atenuadas pela expansão das operações de descontos de duplicatas e outros recebíveis (0,9%).

O crédito livre às pessoas físicas cresceu 0,6% no mês e 11,9% em doze meses, alcançando R\$2,3 trilhões. Foram determinantes para esse movimento, os avanços das carteiras de crédito consignado para trabalhadores do setor privado (+8,6%), crédito consignado para trabalhadores do setor público (+1,0) e de financiamentos para a aquisição de veículos (+0,9%) .

O estoque de crédito direcionado aumentou 0,8% no mês e 12,1% em doze meses, alcançando R\$2,9 trilhões. Por segmento, os saldos de crédito direcionado às pessoas jurídicas e às pessoas físicas somaram, respectivamente, R\$983,5 bilhões e R\$1,9 trilhão, ambos com alta mensal de 0,8% e, na mesma ordem, altas de 16,2% e 10,0% em doze meses.



As concessões nominais de crédito do SFN somaram R\$633,8 bilhões em agosto. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões diminuíram 0,2% no mês, com retração de 2,3% nas operações com pessoas jurídicas e incremento de 1,5% nas operações com as pessoas físicas. Nos doze meses acumulados até agosto, as novas contratações nominais avançaram 11,4%, com altas de 14,0%

nas operações com o segmento empresarial e de 9,3% com famílias. As concessões nominais médias diárias aumentaram 7,4% em agosto, ressaltando a ocorrência de dois dias úteis a menos em relação a julho.

A taxa média de juros das novas contratações de crédito do sistema financeiro em agosto situou-se em 31,8% a.a., com altas de 0,2 p.p. no mês e de 4,2 p.p. em doze meses. Por segmento, as taxas médias de juros das novas operações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas e com pessoas físicas aumentaram, na ordem, 0,1 p.p. e 0,2 p.p. no mês e 3,6 p.p. e 4,3 p.p. em doze meses, situando-se, respectivamente, em 21,7% a.a. e 36,4% a.a.

O *spread* bancário, que mede a diferença entre as taxas médias de juros das operações de crédito e o custo de captação, atingiu 20,7 p.p. em agosto, com aumentos de 0,3 p.p. no mês e de 2,2 p.p. em doze meses.

Nas operações livremente pactuadas, a taxa média de juros situou-se em 46,0% a.a. em agosto, com incrementos de 0,4 p.p. no mês e de 6,3 p.p. em doze meses. No crédito livre às empresas, a taxa média de juros alcançou 25,2% a.a., com avanços de 0,2 p.p. no mês e de 4,2 p.p. em doze meses. Foi

determinante o aumento da taxa média de juros das operações de capital de giro com prazo até 365 dias (+9,6 p.p.).

No crédito livre às famílias, a taxa média de juros aumentou 0,5 p.p. no mês e 6,6 p.p. em doze meses, situando-se em 58,4% a.a. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento na taxa média das operações de cartão de crédito rotativo (+5,3 p.p.).

Em agosto, o efeito da variação das taxas médias de juros (efeito taxa) foi determinante para o aumento da taxa média de juros do crédito livre às pessoas jurídicas, enquanto o efeito da variação da composição das carteiras de crédito (efeito saldo) mostrou-se mais significativo para o incremento da taxa média de crédito livre às pessoas físicas, conforme mostra a tabela a seguir.

Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	jul/25	ago/25	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	57,9	58,4	0,0	0,5	0,5
Pessoa Jurídica	25,0	25,2	0,4	-0,2	0,2
Total	45,6	46,0	0,1	0,3	0,4

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de toda a carteira de crédito do SFN, situou-se em 23,4% a.a. em agosto, com elevações de 0,2 p.p. no mês e de 1,7 p.p. em doze meses.

O percentual de inadimplência da carteira de crédito total do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, alcançou 3,9% em agosto, com aumentos de 0,1 p.p. no mês e de 0,7 p.p. em doze meses.

No crédito livre, a inadimplência alcançou 5,4%, com aumentos de 0,2 p.p. no mês e de 1,0 p.p. em doze meses. A inadimplência da carteira de crédito livre às empresas manteve-se estável em 3,3%, com incremento de 0,4 p.p. em doze meses, enquanto no crédito livre às famílias foram registrados aumentos de 0,3 p.p. no mês e 1,3 p.p. em doze meses, com o indicador situando-se em 6,8%.

Em julho, o endividamento das famílias situou-se em 48,6%, com redução de 0,2 p.p. no mês e aumento de 0,7 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda recuou 0,1 p.p. no mês e avançou 1,0 p.p. em doze meses, alcançando 27,9%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$438,9 bilhões no mês de agosto, com diminuição de 1,1% no mês e aumento de 1% em doze meses. No mesmo período, o volume de papel-moeda em circulação e as reservas bancárias recuaram 0,7% e 2,5%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, produziram impacto contracionista as operações com derivativos, R\$19,9 bilhões, e as do Tesouro Nacional, R\$3,7 bilhões.

Apresentaram expansão as operações do setor externo, R\$6,2 bilhões, as com títulos públicos federais, R\$26,8 bilhões (resultado de colocações líquidas de R\$119,6 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$146,4 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$4,7 bilhões (recolhimentos de recursos de depósitos a prazo em espécie, -R\$1,4 bilhão, liberação de depósitos voluntários a prazo, +R\$5,5 bilhões, e depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1bilhão).

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram R\$628,8 bilhões, avanço de 0,9%, em decorrência dos aumentos no papel-moeda em poder do público e nos depósitos à vista de 1,0% e de 0,7%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 2,8% no mês.

Os agregados monetários no conceito M2 cresceram 0,4% em agosto, com saldo total de R\$7,0 trilhões, resultado do crescimento de 0,4% nos saldos dos títulos privados emitidos por instituições financeiras, que totalizaram R\$5,4 trilhões. No período, o saldo de depósitos a prazo aumentou 0,5%, totalizando R\$3,5 trilhões, enquanto o saldo da poupança apresentou leve retração de 0,1%, após captações líquidas negativas de R\$7,6 bilhões. O saldo das letras financeiras não registrou variação no período, enquanto o saldo das letras de crédito cresceu 0,2%.

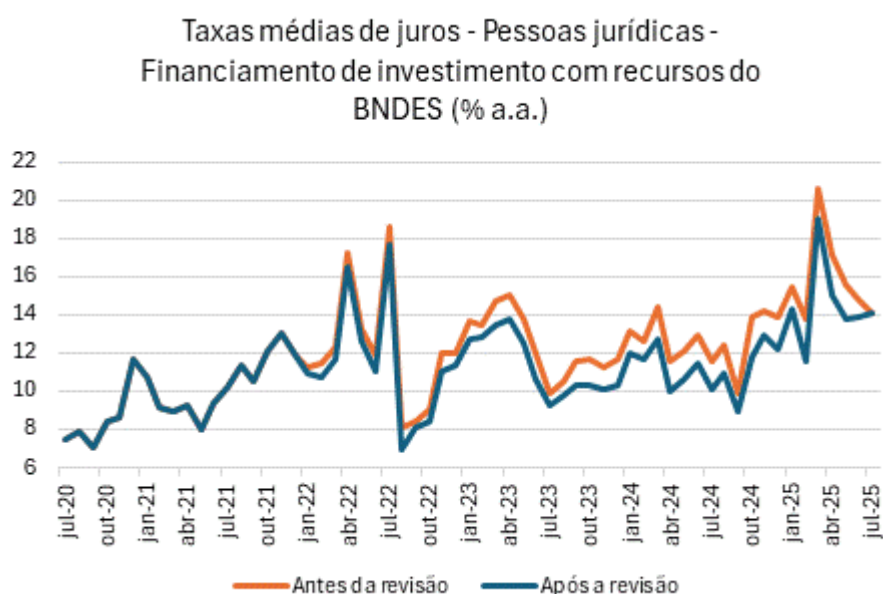
Apesar do crescimento do M2, o M3 registrou estabilidade na comparação com o mês anterior, totalizando R\$12,8 trilhões. O crescimento do M2 foi anulado pela retração nos demais componentes do M3. O saldo das quotas de fundos monetários totalizou R\$5,5 trilhões e contraiu 0,4%. As operações compromissadas com títulos públicos federais e com títulos privados seguiram a mesma tendência e recuaram, respectivamente, 1,9% e 3,1%. O M4 expandiu 0,3% no mês e 8,1% em doze meses, totalizando R\$14,2 trilhões.

4. Revisão das estatísticas de crédito

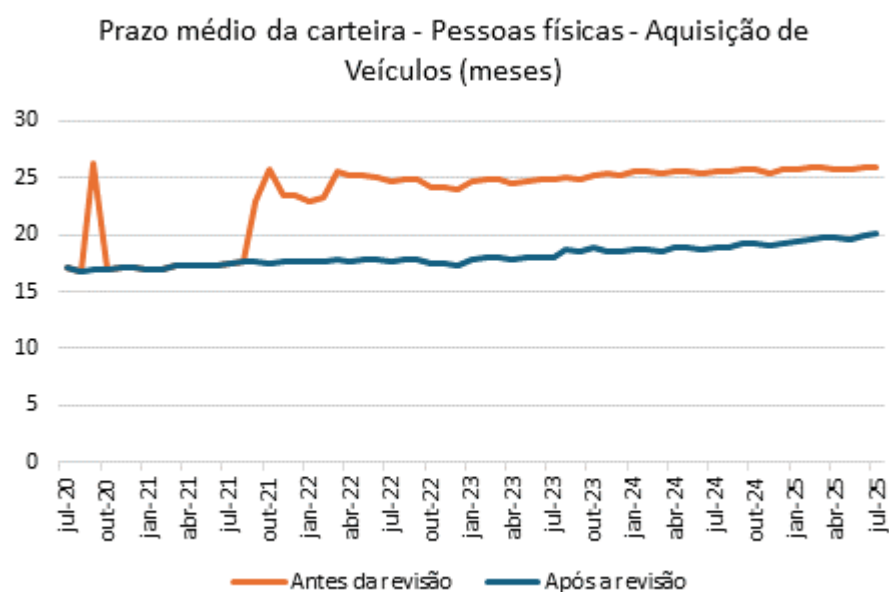
A [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas \(DSTAT\) do Banco Central do Brasil](#) (3ª edição, de junho de 2023), estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificados erros ou disponibilização extraordinária de novos dados nas fontes de informações.

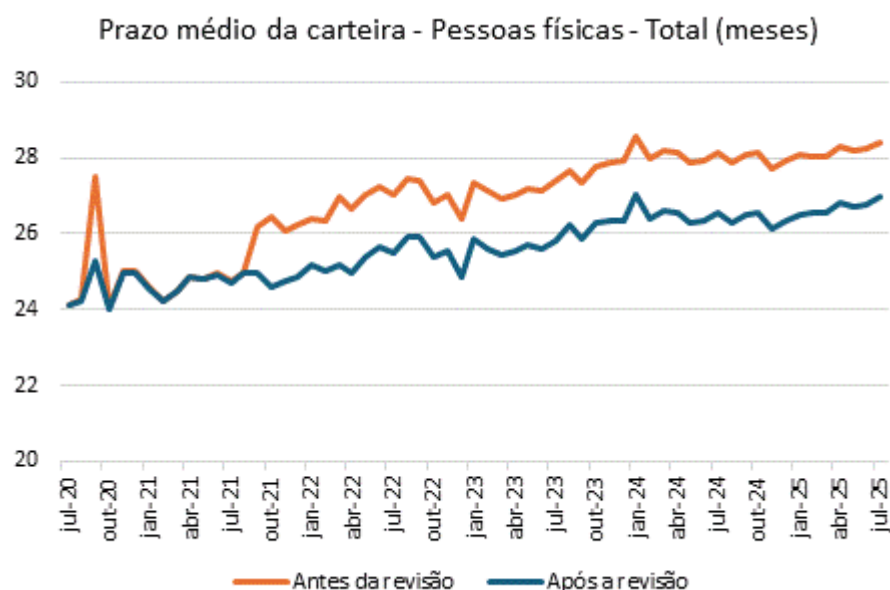
Nesta Nota, em função de novos dados recebidos em regime extraordinário, as seguintes séries foram objeto de revisão:

- a) Financiamento a investimentos com recursos do BNDES - Pessoas Jurídicas - Taxas de juros: a série foi revisada desde janeiro de 2022, com redução média de 1,2 p.p. nas taxas registradas ao longo do período revisado;

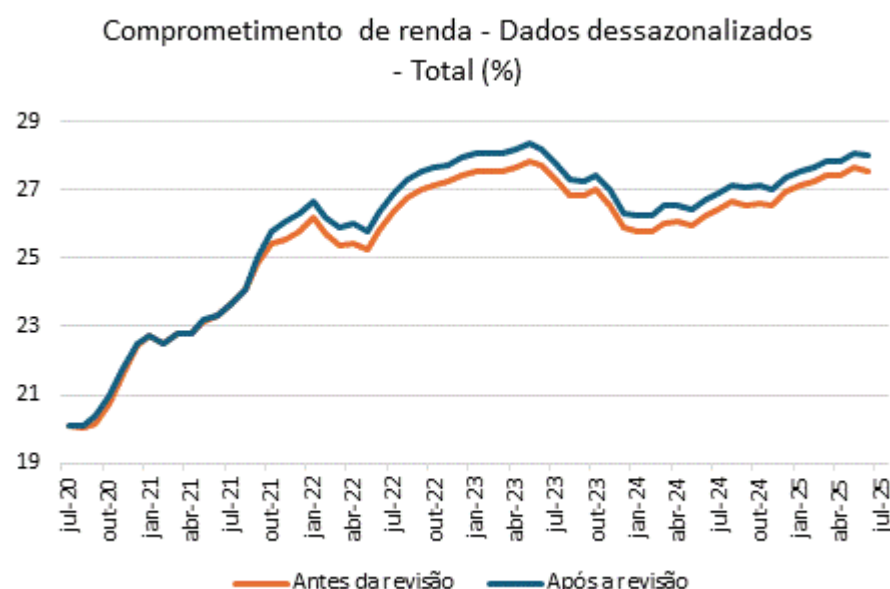


- b) Diversas modalidades - Pessoas físicas - Prazo médio de carteira: as séries de prazo médio de carteira das modalidades Aquisição de Veículos, Crédito pessoal não consignado e Crédito consignado do setor privado foram revisadas desde julho de 2020. O maior impacto pode ser observado em Aquisição de veículos, com redução média de 5 meses no período revisado. A revisão alcança também as séries agregadas em que há participação dessas modalidades, como, por exemplo, o prazo médio de carteira das operações para pessoas físicas com recursos livres.





- c) Comprometimento de renda: a série histórica foi revisada desde julho de 2020, em razão da revisão das séries de prazo de carteira, que são utilizadas em seu cálculo. A revisão resultou em elevação média de 0,4 p.p. nos níveis calculados no período revisado.



5. Revisão das Estatísticas Bancárias Internacionais

Em linha com a [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas \(DSTAT\) do Banco Central do Brasil](#) (3ª edição, de junho de 2023), as Estatísticas Bancárias Internacionais são revisadas anualmente, de forma ordinária, nos meses de setembro. Essas revisões

visam, principalmente, o aprimoramento da consistência entre os diferentes documentos remetidos pelas instituições financeiras, a retificação de informações anteriormente enviadas e a revisão de séries históricas.

As principais séries alteradas em função dos aprimoramentos mencionados foram as seguintes:

- a) Ativos internacionais consolidados dos bancos nacionais - Sociedades não financeiras e famílias (código 29309);
- b) Ativos internacionais consolidados dos bancos nacionais - Brasil (código 29314);
- c) Ativos internacionais dos bancos locais - Ilhas Cayman (código 29351);
- d) Ativos internacionais dos bancos locais - Reino Unido (código 29355);
- e) Passivos internacionais dos bancos locais - Títulos (código 29368);
- f) Passivos internacionais dos bancos locais - Dólar americano (código 29372);
- g) Passivos internacionais dos bancos locais - Outras sociedades depositárias – Intragrupo (código 29380);
- h) Passivos internacionais dos bancos locais - Ilhas Cayman (código 29388).